

Meira vê dedo do FMI nos boicotes

“Os boicotadores do Plano Cruzado não poderiam encontrar melhor aliado”, disse ontem o candidato a senador Meira Filho (PMDB), ao contestar o relatório do Fundo Monetário Internacional contendo críticas à política econômica posta em prática pelo governo Sarney.

— Esta posição do FMI demonstra a importância, que passará a ter a Assembléia Nacional Constituinte nas difíceis negociações que o Governo terá pela frente com os banqueiros internacionais. O enorme respaldo popular com o qual passará a contar o governo Sarney nos dará a garantia de que nem o FMI nem os banqueiros internacionais conseguirão pressionar para mudar uma decisão soberana do governo brasileiro — afirmou Meira Filho.

Assinalando que é favorável a uma solução negociada, Meira Filho observou que os atuais termos do pagamento da dívida externa brasileira são inaceitáveis, uma vez que “inviabilizam todos os programas e projetos de desenvolvimento econômico-social, colocando milhões de brasileiros numa situação de miséria e desespero”.

— Esta intransigência do FMI — continuou o candidato — parece ter a inten-

ção de colocar o Governo contra a parede, esquecendo-se que tal atitude força uma moratória não desejada por setores mais responsáveis do País. O que pretendem os banqueiros internacionais? Que paguemos nossa dívida ao custo de milhares de vidas, deixando o País à beira da bancarrota? Isto seria bom para a economia internacional?

E aí que Meira Filho ressaltava a importância do papel das forças que, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, darão respaldo ao Governo Sarney para negociar com os banqueiros internacionais. “A Constituinte, demonstrando que o Brasil tem uma democracia forte, fará ver aos governos ocidentais que o melhor caminho para a solução da crise não é injetar mais crise. Ao contrário, é preciso que esses países entendam que é necessário permitir ao Brasil encontrar formas de pagamento adequadas à situação do País. Não poderemos continuar pagando, entre amortização mais juros e taxas, o equivalente a 6 por cento do PIB. O comprometimento desses recursos com a dívida externa retira verbas necessárias para programas de interesse social”.